

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS
JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO
PLANO DE ENSINO**



CALENDÁRIO	2022 – 2 trimestre		
CURSO	MESTRADO		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	MESTRADO – DIREITO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE		
LINHA DE PESQUISA	DIREITO ECOLÓGICO E DIREITOS HUMANOS		
DISCIPLINA	DIR 410226 JUSTIÇA AMBIENTAL – terça-feira – 9h-12h		
DOCENTE	Letícia Albuquerque e Flávia do Amaral Vieira		
NÚMERO DE VAGAS	12	CARGA HORÁRIA	3 créditos

Ementa:

Avaliação do estado-da-arte das pesquisas sobre a problemática da Justiça Ambiental. Mapeamento de iniciativas e movimentos sociais que apelam aos conceitos de Justiça Ambiental e Justiça Ecológica. A apropriação jurídica deste conceito no Brasil: avanços e limites da ação governamental. Relações com o debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.

Objetivos:

O curso propõe a estudantes vinculados a diferentes áreas de especialização disciplinar uma introdução aos pontos propostos na ementa.

Metodologia:

Para cada reunião está prevista uma introdução ao tema correspondente, visando balizar um debate apoiado nos textos sugeridos, bem como apresentação de seminário pelos discentes. Recomenda-se trabalho de revisão bibliográfica dos textos indicados.

O plano de ensino contempla a realização de *tutoriais extra-classe* (individuais e/ou grupais), visando subsidiar a maturação de projetos de pesquisa e/ou de artigos para publicação.

CrITÉrios de avaliação:

O aproveitamento final dos estudantes deverá ser avaliado mediante a aferição: do índice de frequência, da qualidade da participação nos seminários e da qualidade do trabalho final.

Trabalho final: texto escrito sobre tema referente ao conteúdo da disciplina [em torno de 7.000 palavras], com prévia aprovação do projeto pela professora. A produção do texto deverá ocorrer por meio de um fórum na plataforma moodle.

Conteúdo programático:

Junho

7 apresentação da disciplina e cronograma do semestre

14 Definindo a Justiça Ambiental

SCHOLESBERG, David. **Defining Environmental Justice: Theories, Movements and Nature**. Oxford, 2007. ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), p.103-119, 2010.

21 Semana do Meio Ambiente da UFSC

28 Agrotóxicos e Saúde no Brasil.

Textos indicados: MOSMANN, M. P.; ALBUQUERQUE, L.; BARBIERI, I. B. Agrotóxicos e direito humanos no contexto global: o Brasil em risco de retrocesso? *Revista de Direito Internacional*, v. 16, p. 151-168, 2019. BARBIERI, I. B. O uso legal dos agrotóxicos banidos e a justiça ecológica. Tese (doutorado), Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Florianópolis, 2021.

Julho

5 Seminário Gênero e raça nas discussões de Justiça Ambiental

Texto indicados: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico] : observatório de remoções : relatório bianual 2019-2020 / [organização Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro]. -- São Paulo : Raquel Rolnik, 2020.

Marin, Rosa Acevedo e Maia, Rosane de Oliveira Martins. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará*. *Cadernos Pagu* [online]. 2018, n. 52 [Acessado 9 Maio 2022] , e185205. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800520005>>. Epub 30 Nov 2018. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201800520005>.

Lays Helena Paes e Silva, « Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro », e-cadernos CES [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1123> ; DOI : 10.4000/ eces.1123

12 Seminário Pluralismo Jurídico na América Latina e os “bens comuns”

Textos indicados: Wolkmer, A.C., Schumacher Wolkmer, M.d.F. The Principle of the ‘Common’, Legal Pluralism and Decolonization in Latin America. *Law Critique* **33**, 63–87 (2022). <https://doi.org/10.1007/s10978-021-09285-z>

19 Justiça Ambiental e Megaprojetos

Textos indicados:

Vieira, Flávia do Amaral. Direitos Humanos, Desenvolvimento e o Caso De Belo Monte - Dez Anos Depois. LEDTAM/UFPA. No prelo. ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (eds.). *Justiça ambiental e cidadania*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 9-20.

26 Justiça ambiental e a questão dos direitos humanos & empresas

Texto indicado: Vieira, Flávia do Amaral. Direito Internacional em Movimento: mecanismos de responsabilização de empresas transnacionais por violações de direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, 2021. Capítulo 1. Págs. 33-75.

Agosto

2 **Seminário** As implicações da produção animal na crise climática sob o olhar da Justiça Ambiental

Textos indicados:

Brügger, Paula. The 'Embering' Brazil: climate change and the speciesist universe. In: Christina Nellist. (Org.). Climate Crisis and Creation Care: historical perspectives, ecological integrity and justice. 1ed. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2021, v. 1, p. 55-70.

BRÜGGER, P.; MARINOVA, D. ; RAPHAELY, T. . Animal production and consumption: an ethical educational approach. In: Raphaely, T., Marinova, D. (Org.). Impact of Meat Consumption on Health and Environmental Sustainability. 1ed. Hershey: IGI Global, 2016, v. 1, p. 295-311.

30 apresentação dos resumos

Setembro

6 encerramento

Bibliografia Básica:

SCHOLESBURG, David. Defining Environmental Justice: Theories, Movements and Nature. Oxford, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, Letícia. Poluentes Orgânicos Persistentes: uma análise da Convenção de Estocolmo. Curitiba: Juruá, 2006.

ALIER, Joan Martinez. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

BARBIERI, I. B. O uso legal dos agrotóxicos banidos e a justiça ecológica. Tese (doutorado), Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Florianópolis, 2021.

BENHABIB, Seyla. The rights of others: aliens, residents, and citizens. New York: Cambridge University Press, 2004.

CAUBET, C. G. . Sobre algumas formas da violência, particularmente a jurídica, contra as populações indígenas. Cadernos IHU (UNISINOS), v. 47, p. 36-57, 2014.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. Dados [online]. 2013, v. 56, n. 2 [Acessado

9 Maio 2022] , pp. 311-349. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200003>>. Epub 05 Jul 2013. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200003>.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the Politics of Difference. Princeton: Princeton University Press, 2011.

NUSSBAUM, Martha. Crear Capacidades: propuesta para El desarrollo humano. Barcelona: Paidós, 2012.

NUSSBAUM, Martha. Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Case Review: the Rio Doce mining disaster in Brazil - Samarco vs Environment Council of Minas Gerais. Northern Ireland Legal Quarterly, v. 72, p. 811-817, 2022.

_____. Direito Internacional em Movimento: mecanismos de responsabilização de empresas transnacionais por violações de direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, 2021.

_____. Para descolonizar o direito internacional: uma investigação sobre o papel das corporações. REVISTA CULTURAS JURÍDICAS, v. 8, p. 650-685, 2021.